

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Contratualização,  
Renegociação e Gestão de todas as Parcerias Público-Privadas do  
Sector Rodoviário e Ferroviário**

44.<sup>a</sup> Reunião  
(16 de janeiro de 2013)

---

**SUMÁRIO**

O Sr. Presidente (António Filipe) declarou aberta a reunião às 14 horas e 25 minutos.

Procedeu-se à discussão da definição e organização dos próximos trabalhos da Comissão, tendo usado da palavra, além do Sr. Presidente, os Srs. Deputados Rui Paulo Figueiredo (PS), Nuno Encarnação e Adriano Rafael Moreira (PSD), Altino Bessa (CDS-PP), Manuel Seabra (PS), Emídio Guerreiro (PSD) e Bruno Dias (PCP).

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 15 horas e 5 minutos.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 14 horas e 25 minutos.*

Srs. Deputados, vamos iniciar os nossos trabalhos e tentar ser operativos para não prejudicar a presença em Plenário nas declarações políticas.

Por razões práticas, vamos começar pelo mais relevante.

Já recebemos uma resposta do Governo relativamente às parcerias público-privadas (PPP) que estão em renegociação, a qual já foi facultada aos Srs. Deputados. O Governo dá-nos conta de que há, de facto, um conjunto de PPP, concessões e subconcessões, que estão em renegociação, que essa renegociação está algo atrasada e que se vai estender pelo mês de fevereiro. No entanto, considera que, «caso a Comissão entenda que a renegociação dos contratos referentes às PPP em apreço não deve comprometer a sujeição dos mesmos à apreciação da Comissão», o Governo manifesta-se disponível para colaborar connosco. Portanto, temos de tomar uma decisão relativamente a essas concessões, que são ainda em número considerável.

Para além disso, temos aqui propostas concretas do PSD de envio do questionário indicativo a diversas entidades, relacionadas com uma listagem de concessões, que se seguiria nos nossos trabalhos, e temos a proposta do PS para a audição do Dr. Sérgio Monteiro ainda no âmbito do pacote de audições que temos em apreciação.

Pergunto aos Srs. Deputados quem deseja pronunciar-se sobre estas questões.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Encarnação.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, decorrendo da resposta do Governo, a proposta do PSD é no sentido de começarmos pelas concessões Norte e Grande Lisboa, sendo que a do Norte até a mais antiga, se não estou em erro, e depois as sete concessões ex-SCUT. E começar com Norte e Grande Lisboa, porque são as duas que podíamos, de alguma forma, tratar rapidamente — aliás, decorrendo também da resposta do Governo de que a Comissão pode entender que a renegociação dos contratos referentes à PPP em apreço não deve comprometer os nossos trabalhos. Assim, esta é a nossa proposta quanto à metodologia.

Entretanto, já entregámos a lista dos nomes a quem deverão ser enviados os inquéritos para depois se decidir quem ouvir e gostaríamos de ouvir também, obviamente, os outros partidos sobre este mesmo tema, uma vez que tudo isto tem de ser decidido hoje.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, damos por bom que a Mesa, através do Sr. Presidente, tenha dado seguimento ao envio do questionário ao ex-Ministro Ferreira do Amaral e ao ex-Ministro António Pedro Carmona Rodrigues, que era uma das notas que eu tinha aqui pendente.

Em relação à audição do Dr. Sérgio Monteiro, também tínhamos feito a mesma diligência por escrito, já há algum tempo, e até chegou a ser pré-agendada uma data nas nossas distribuições que entendemos ser muito cedo, uma vez que era logo a primeira. Queríamos, no entanto, saber se foi

ou não dado seguimento, na linha das anteriores, ou se temos de fazer alguma deliberação.

Quanto à resposta do Governo e aos trabalhos futuros, só tivemos conhecimento da resposta agora e na última reunião em que debatemos questões metodológicas tínhamos decidido, exatamente, que iríamos deliberar depois do conhecimento dessa resposta.

Damos por bem que o PSD se tenha adiantado na questão dos nomes, mas entendemos, muito simplesmente, em primeiro lugar, que queremos ir a todas as parcerias público-privadas tal como estava definido em termos dos trabalhos da nossa Comissão e pela ordem cronológica que tinha sido definida. Do conjunto de nomes que foram apresentados e que tive a oportunidade de ver, há algumas parcerias público-privadas que não são referidas, não sei se por algum esquecimento ou se a maioria entende que não devem ser aqui focadas.

Tínhamos definido como metodologia — não sei se o PSD a quer alterar — que a ordem era cronológica, ou seja, eram aquelas que estavam definidas e que estavam excluídas da renegociação. Na altura, até votámos contra, porque achámos que os trabalhos não deviam estar suspensos. O Governo acabou por dizer agora que não concluiu as renegociações, mas que a Comissão pode debruçar-se sobre estas matérias, o que significa que só estivemos a perder tempo, porque, como dizíamos na altura, poderíamos ter começado a debruçarmo-nos sobre essas matérias.

Assim sendo, entendemos que o Sr. Presidente deve fixar hoje um prazo para que todos os grupos parlamentares apresentem as propostas em relação às diferentes concessões, uma vez que o prazo que tinha sido fixado estava condicionado ao conhecimento da resposta do Governo e só tivemos conhecimento da resposta do Governo agora. Esse era o ponto. Informalmente o PSD pode ter tido conhecimento da resposta do Governo,

mas nós só tivemos conhecimento agora e o que tinha ficado combinado era que, depois da resposta, todos os grupos parlamentares apresentariam os nomes — lembro-me de que era o Sr. Deputado Adriano Rafael Moreira que estava a representar o PSD.

Não precisamos de muito tempo. Penso que até à próxima segunda-feira todos os grupos parlamentares poderão apresentar os nomes.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adriano Rafael Moreira.

O Sr. **Adriano Rafael Moreira** (PSD): — Sr. Presidente, reportando-me a esse debate que tivemos sobre a metodologia, queria apenas dar algum esclarecimento.

De acordo com o que me recordo, porque tive na altura a responsabilidade de apresentar a proposta do PSD, o combinado foi que, efetivamente, haveria duas situações muito concretas: por um lado, notificarmos o Governo da necessidade de nos informar sobre quais os contratos que estavam em renegociação, porque isso condicionava a marcação de novas audições; e, por outro lado, separadamente, ficámos de indicar nomes para o envio de inquéritos. É aqui que o Sr. Deputado pode estar a lavrar em algum erro, mas pode ter a ver com o facto de o debate já ter sido há algum tempo.

Tem, no entanto, toda a razão na parte final, visto que as audições ficaram condicionadas à resposta do Governo — ponto um. Ponto dois, relativamente aos nomes para remeter os inquéritos, é preciso esclarecer que ficou definido o dia 4 de janeiro para o envio do inquérito por escrito.

Já agora, aproveito também para esclarecer que na altura tive oportunidade de adiantar alguma metodologia relativa à sequência, que

estava, como é óbvio, condicionada a esta resposta do Governo. Nesse sentido, o que o Sr. Deputado Nuno Encarnação apresentou vem precisamente em complemento e de acordo com o que foi na altura apresentado, ou seja, que a lógica seria começarmos pelos contratos renegociados em 2010 e que dentro destes há dois contratos que têm características muito idênticas e foram, inclusive, os primeiros — cronologicamente, obedece ao critério que o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo referiu —, que são a concessão Norte e a concessão Grande Lisboa.

Portanto, para esclarecimento e conclusão, quanto às concessões Norte e Grande Lisboa, a proposta que o PSD agora fez era para efeito de audições. O Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo disse, e muito bem, que seria na sequência desta carta, pelo que cabe agora ao PS ver se tem condições ou não, pediram um prazo e temos de respeitar essa situação.

Relativamente ao envio de inquéritos, a proposta já está de acordo com o prazo. Contudo, Sr. Presidente, também não nos opomos a que seja dada a possibilidade de os diversos grupos parlamentares se pronunciarem e enviarem nomes, sempre no máximo espírito de abertura e de colaboração entre todos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Confirmando tudo o que o Sr. Deputado Adriano Rafael Moreira disse. Apenas não precisou um ponto que nós sempre dissemos ao longo dessa reunião — que, salvo erro, era uma reunião da Mesa e coordenadores —, ou seja, que toda e qualquer

deliberação carecia da resposta do Governo. Até tínhamos a expectativa de que eventualmente tivesse vindo mais cedo.

Portanto, só a partir da resposta do Governo é que estaríamos em condições de nos pronunciar sobre essa matéria e aguardaríamos o agendamento de uma reunião, por parte do Sr. Presidente, para definirmos todas essas matérias.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Altino Bessa.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Sr. Presidente, parece que estamos todos a falar do mesmo e que estamos de acordo no sentido que, perante a resposta que aguardávamos e recebemos por parte do Governo, se avance já com o questionário indicativo para as entidades que cada grupo parlamentar propõe. Não temos nada a opor ao facto de ser dado o prazo até segunda-feira para os outros grupos parlamentares apresentarem as entidades que querem ouvir.

Julgo que a metodologia acertada será a de nos debruçarmos primeiro sobre as concessões, as sete mais duas, e começarmos pelas duas concessões, ou seja, a Norte e a Grande Lisboa, que acabam também por entroncar em algumas das outras concessões. Parece-me que não haverá grande divergência a esse nível.

Para complementar, gostava apenas de dizer mais uma coisa. O Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo diz que estivemos a perder tempo. Se o Sr. Deputado e o Partido Socialista consideram que estiveram a perder tempo com todo o trabalho que foi realizado por esta Comissão ao longo destas várias semanas e meses, obviamente, por parte do CDS, isso não aconteceu. Nós não estivemos a perder tempo, apenas adaptámos os nossos trabalhos começando por outras parcerias e indo agora a estas. Se a ordem tivesse

sido inversa, o tempo teria sempre de ser utilizado. Por isso, não perdemos tempo, adiantámos noutras e agora vamos a estas.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo pediu a palavra. Peço aos Srs. Deputados que tentemos concluir este ponto.

Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, em relação à metodologia, não estamos a falar do mesmo. Nós continuamos a defender aquilo que foi aprovado pela maioria e o que há aqui é uma alteração em relação ao que foi definido, com a qual nós não concordamos.

Ou seja, desde o início que ficou decidido que algumas parcerias ficavam em suspenso. Na altura o Deputado Mendes Bota até foi muito veemente nesse aspeto e nós votámos contra. Nesse ponto, de facto, entendemos que estamos a perder tempo, porque o Governo comunicou-nos, salvo erro antes do verão, que havia um conjunto de renegociações em curso e, portanto, entendia que isso prejudicava esta Comissão. A maioria subscreveu essa tese e nós votámos contra, e nesta resposta está escrito que as renegociações só começaram a 19 de dezembro.

Portanto, nessa matéria, continuamos a defender a mesma coisa e não achamos bem que nesta altura do campeonato dos nossos trabalhos a maioria introduza uma alteração em relação àquilo que está definido. Até podemos, mais à frente, isto é, a partir da próxima segunda-feira, recolhidas as propostas de todos os grupos parlamentares, dar por boa a proposta da maioria, mas até analisarmos tudo aquilo que está bem feito...

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*



O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Não, não é perder tempo, Sr. Deputado Emídio Guerreiro. O que se trata é que nós definimos um critério cronológico e agora a proposta da maioria escolhe umas parcerias público-privadas a que quer ir, havendo outras a que não quer ir.

Ora, nós queremos ir a todas, queremos apresentar propostas para todas e gostávamos que, depois de apresentadas as propostas, a Comissão mantivesse a metodologia — que é o que tem feito, aliás —, ou seja, cronologicamente, depois de todas apresentadas, deliberar e não ser apenas e só por vontade da maioria que agora se altere o que foi aprovado, até, por vontade da maioria na altura.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, já concluímos que, tendo em conta a resposta que o Governo nos fez chegar agora, não haverá limitações relativamente ao objeto da nossa Comissão e, portanto, vamos em frente com todas as concessões e subconcessões. Este é o primeiro ponto.

Segundo ponto: relativamente às entidades para quem vamos enviar questionários indicativos, temos já aqui uma listagem, uma proposta do PSD e do CDS, relativa a um conjunto de nove concessões.

Vamos definir qual é a metodologia relativamente ao envio dos questionários indicativos e depois teremos de definir as audições a realizar.

Penso que vale a pena precisarmos quais são os nossos pacotes de abordagem. Ou seja, os nossos trabalhos têm decorrido por fases e convinha definirmos agora quais serão as várias fases até ao final.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Encarnação.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, repito a proposta que fizemos à cabeça: primeiro, concessões Norte e Grande Lisboa; segundo, concessões ex-SCUT; e, terceiro, subconcessões.

Esta é a nossa proposta, compete à Comissão liberar.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, talvez possamos arrumar já este aspeto: terminando agora o que temos em mãos, as próximas concessões serão a Norte e a Grande Lisboa, depois as restantes concessões e o último pacote será o das subconcessões.

Temos de definir, então, qual é a próxima fase dos nossos trabalhos.

Vamos começar por tentar fechar o elenco das entidades para quem vamos enviar o questionário indicativo. Já temos aqui propostas relativamente às duas próximas fases e talvez possamos estabelecer um prazo para as outras propostas, ficando de fora apenas as subconcessões.

Portanto, no que se refere a todas as concessões e entidades para quem devemos enviar questionário indicativo, temos já uma proposta em mãos, mas podemos estabelecer um prazo para aguardar que possam surgir outras — é isto?

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — A não ser que se considere que esta proposta é suficiente e que podemos seguir com os trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — O Sr. Presidente está a admitir o prazo só para as questões metodológicas ou só para os nomes?

O Sr. **Presidente**: — Agora é para os nomes.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Nesse caso, solicitávamos depois a votação desta questão metodológica.

Nós continuamos a discordar, achamos absolutamente lamentável que a maioria vá mudando a definição do curso dos trabalhos desta Comissão, ainda por cima quando na altura foi a própria maioria que definiu a ordem cronológica que agora está a alterar.

Como achamos isso profundamente lamentável e não foi dada nenhuma justificação sobre a razão de não estarmos a seguir essa ordem cronológica, solicitamos o agendamento específico desse ponto com uma proposta deliberativa numa próxima reunião.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não sei se entendo a proposta que faz. Em que é que diverge?

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Em que é que diverge, Sr. Presidente? É que temos um documento com um conjunto de concessões, que foi distribuído e definido pelos serviços da Comissão — ao qual só foram retiradas aquelas cinco, porque todas as outras estavam suspensas — que começa com concessão Lusoponte, concessão Norte, concessões Oeste e Brisa,...

O Sr. **Presidente**: — Ah...! Por ordem cronológica.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — ... concessão Litoral Centro, concessão Beira Interior, concessão Costa de Prata e assim sucessivamente; e na proposta agora apresentada há aqui sete mais duas e há outras que

saem da ordem cronológica por economia de trabalhos. Tenho identificadas as que saem e as que ficam, mas não vale a pena estar a enumerar porque penso que todos conhecemos aquilo que está definido.

Portanto, como há uma alteração substancial do que tinha sido definido como curso dos nossos trabalhos, solicitamos o agendamento formal desse ponto específico em relação à metodologia para podermos, eventualmente, apresentar propostas alternativas ou atermo-nos à que fique.

É que, muito sinceramente, se vamos continuar a alterar sucessivamente aquilo que está definido ao sabor da maioria, acho que não estamos aqui a fazer nada e, portanto, teremos de ponderar até a nossa participação aqui, na Comissão de Inquérito.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, acontece que a forma como temos estado a funcionar, de acordo com as deliberações que tomámos, não é a ordem cronológica.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo (PS)**: — Sr. Presidente, se me permite, é exatamente a ordem cronológica, exceto as que por deliberação da maioria, que nós votámos contra, se excluíram, ou seja, todas as que o Governo entendeu que estavam em renegociação. Como só sobravam cinco, foi a ordem cronológica dessas cinco. Por isso mesmo é que ficámos à espera que o Governo nos dissesse, e a maioria concordasse, quando é que podíamos voltar a todas as outras pela ordem cronológica, desde que não prejudicasse as negociações.

Podemos verificar a *Ata*, mas foi isso mesmo que aconteceu. O Partido Socialista até votou contra. Nós entendemos que devíamos ter continuado a ir a todas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, eu acho que vamos a todas. A questão é ver como é que as arrumamos.

Se é solicitado que haja uma reunião para resolver esse problema, obviamente que essa reunião será feita. Contudo, acho que é uma questão de arrumação. Não vamos deixar nenhuma de fora.

Tem a palavra o Sr. Deputado Altino Bessa.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Sr. Presidente, acho que não há necessidade de uma outra reunião para resolver esta matéria. Há uma proposta em cima da mesa e esta é a reunião em que se deve decidir.

Já acordámos que até à próxima segunda-feira se podem entregar propostas das entidades a quem vamos enviar o questionário indicativo. Parece-me que isto é consensual.

Relativamente à metodologia, não vamos marcar uma outra reunião para decidir, porque, se há uma proposta em cima da mesa e os partidos estão aqui representados, parece-me que é criar mais um incidente e um problema. Votaram uma vez contra; agora já querem votar a favor, ao contrário do que disseram da outra vez. Se disséssemos que queríamos começar pelo Algarve e Pinhal Interior, diriam que, afinal, deveríamos começar pelas outras concessões.

Por isso, parece-me que não está em causa irmos a todas. O objetivo é ir a todas. Não se perdeu tempo. Já fomos a umas, vamos a outras. É preciso seguir em frente e trabalhar sobre o assunto sem estar a criar incidentes.

O Sr. **Presidente**: — Ora bem, se calhar, podemos resolver os outros assuntos primeiro e deixar este para resolver mais tarde, ainda nesta reunião.

*Aparte inaudível na gravação.*

Ou, então, votamos formalmente a proposta de que, daqui até ao fim dos nossos trabalhos, vamos repartir as audições e as diligências em três fases: uma próxima fase com as concessões Norte e Grande Lisboa; uma segunda fase com as demais concessões; e uma terceira fase com as subconcessões.

É esta a proposta do PSD e do CDS?

O Sr. **Adriano Rafael Moreira** (PSD): — Depois há a quarta fase que diz respeito aos outros quatro contratos que faltam.

Portanto, temos uma primeira fase com 2 concessões, depois as 7 ex-SCUT, seguidas das 7 subconcessões e, por fim, mais 7 concessões, o que dá o total de 20. Ou seja, para ficar tudo decidido, para ficarem as 20 já organizadas, organizávamo-las em quatro grupos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, esclareça-me quais são as outras quatro.

O Sr. **Adriano Rafael Moreira** (PSD): — Sr. Presidente, nós temos 25 contratos para analisar. Considerando que 5 já estão em análise, agora teríamos um primeiro grupo com 2 contratos — Norte e Grande Lisboa —, depois os 7 contratos relativos às ex-SCUT e os 7 contratos das subconcessões. Tudo isto soma 16, pelo que faltam 4 para os 20 contratos.

*Aparte inaudível na gravação.*

Estão na lista. São os 4 que o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo referiu há pouco.

*Pausa.*

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Permite-me, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Permito, com certeza. Tem a palavra, Sr. Deputado Manuel Seabra.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Quero pedir imensa desculpa, quer ao Sr. Presidente quer aos restantes membros da Comissão, porque fui duas vezes interpelado para tentar resolver problemas, que também devo responder no âmbito da minha intervenção noutras comissões, e não acompanhei com a devida atenção a evolução desta questão que me está a ser relatada diretamente pelo meu colega de bancada Rui Paulo Figueiredo e que acho, sinceramente, Sr. Presidente, um atentado à dignidade e uma forma de fugir ao escrutínio sobre o desenvolvimento de algumas parcerias público-privadas absolutamente iníqua!

Então, acordamos aqui um procedimento, reiteramos o acordo relativamente a esse procedimento, ainda que com a nossa objeção — que tinha a ver com o facto de haver concessões em renegociação —, e agora, a meio do jogo, alteramos as regras?! Isto é absolutamente dirigido e é inaceitável!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, há aqui uma alteração de circunstâncias, visto que as renegociações deixaram de ser relevantes para

os nossos trabalhos em função da resposta do Governo. Portanto, é curial que...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sr. Presidente, permite-me outra vez?

O Sr. **Presidente**: — Permito, com certeza.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sr. Presidente, há um princípio que ultimamente se tem vindo a colocar com alguma pertinência junto da Assembleia da República, que tem a ver com a separação de poderes. Tanto a Assembleia da República como esta Comissão de Inquérito, em particular, não têm de estar subordinadas àquilo que o Governo julga ser a prioridade da investigação que nós prosseguimos. Não faz sentido!

Quer dizer, fomos atrás da posição do Governo, que era a de «não averiguem o que passa com as parcerias que estão em renegociação para não prejudicar a renegociação», e de um dia para o outro o Governo acha que isso deixou de ser um obstáculo ao sucesso das renegociações.

Sr. Presidente, para além disto configurar claramente uma subversão do princípio da separação de poderes, configura também a evidência de um capricho — que é para não dizer outras coisas, porque não as posso demonstrar para já.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Emídio Guerreiro.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, muito rapidamente, procurando contribuir para a resolução desta questão, gostaria de recordar que nós, de facto, temos tido vários acertos de agulhas desde



que os trabalhos começaram. Porquê? Porque a própria experiência do dia-a-dia da Comissão foi-nos demonstrando que algumas das situações que entendíamos de início como boas acabaram por não ser.

Por isso é que inicialmente não enviámos qualquer questionário indicativo e, depois de ouvirmos aqui algumas pessoas, todos concordámos que seria preferível começar por lhes perguntar primeiro qualquer coisa para assim percebermos se, independentemente da função que assumiam, deveriam ser ouvidos pela Comissão. No início, até chegámos a definir as áreas das pessoas que deveriam vir à Comissão: um representante do regulador, um representante do banco, etc. Ou seja, eram sete entidades que depois, à medida que fomos auditando as cinco PPP, acabaram por não vir todas.

Queria também recordar que, em diversos momentos, tanto nas reuniões de Mesa e coordenação como fora delas, fomos conversando uns com os outros no sentido de que, depois destas cinco, se calhar valeria a pena agruparmos PPP que tivessem protagonistas comuns como um elo de ligação entre elas.

É essa a proposta que o PSD agora corporiza, dando nota de uma coisa muito clara: ao contrário do que algumas pessoas parecem pretender, nós queremos, de facto, auditar todas as PPP. Nesta proposta não se exclui nenhuma! Procura-se, sim, rentabilizar o pouco tempo que esta Comissão ainda tem, de forma a poder intervir em todas as áreas. Acho, por isso, que é uma proposta que vale a pena ser votada aqui.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos de concluir rapidamente, porque o Plenário está quase a começar.

Portanto, vamos fazer o seguinte: há uma proposta na Mesa que vai ser submetida a deliberação da Comissão e que eu...

O Sr. **Adriano Rafael Moreira** (PSD): — Sr. Presidente, queria só esclarecer se os serviços já tiveram oportunidade de identificar...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, se não concluirmos a reunião até às 15 horas, não deliberamos nada e transitamos para...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sr. Presidente, sugeria que deliberássemos esta questão na próxima semana.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adriano Rafael Moreira.

O Sr. **Adriano Rafael Moreira** (PSD): — Sr. Presidente, queria apenas esclarecer se os serviços tiveram oportunidade de ver quais eram os quatro contratos, para que fique claro.

O Sr. **Presidente**: — A proposta, sintetizando, é a de que, a partir de agora, quanto às audições, a primeira fase será Grande Lisboa e Norte, a segunda fase ex-SCUT, a terceira fase subconcessões e a quarta fase, creio, Lusoponte, Litoral Centro, Douro Litoral e Túnel do Marão.

O Sr. **Adriano Rafael Moreira** (PSD): — Exatamente, Sr. Presidente. Está corretíssimo.

O Sr. **Presidente**: — Lembro que o nosso prazo legal termina a 11 de fevereiro. Claro que podemos pedir uma prorrogação, mas estamos a trabalhar já com prazos muito exíguos.

A questão que se coloca é se submetemos à votação esta proposta.  
Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, depois de toda esta discussão a que assisti pacientemente, queria só registar que, para o Grupo Parlamentar do PCP a metodologia e a sequência das parcerias e dos contratos em causa não é matéria que levante objeções de maior, pelo que votaremos a favor desta proposta, como votaríamos a favor de outra que existisse.

Portanto, não fazemos questão sobre essas matérias, o que não deve, pela mesma razão, ser considerado por ninguém como uma espécie de concordância da parte do PCP a estas mudanças de critérios.

Registamos estas alterações, mas neste momento não fazemos questão sobre a sequência. Fazemos, sim, votos que os trabalhos avancem rapidamente.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, votar a proposta metodológica que há pouco apresentei.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD, do CDS-PP e do PCP e votos contra do PS.*

Tendo a proposta sido aprovada, vai ser esta a arrumação dos nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Encarnação.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, penso que também ficou consensual o prazo de segunda-feira para que as outras

bancadas parlamentares apresentem as propostas de nomes para enviar os inquéritos.

Nesse sentido, solicito que, logo após essa segunda-feira, sejam enviados os inquéritos para não estarmos a perder mais tempo na Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, até segunda-feira aceitam-se propostas para o envio do questionário indicativo.

Gostaria de saber relativamente a que fases do nosso trabalho é que o vamos fazer, se à próxima, às duas próximas, às três próximas ou às quatro próximas, ou se aceitamos em relação a todas e depois arrumamos.

*Pausa.*

Srs. Deputados, podemos estabelecer o seguinte: até segunda-feira aceitam-se propostas para serem desde já consideradas, sem prejuízo de, designadamente quanto a fases subsequentes, essa lista poder ser acrescentada posteriormente por proposta de qualquer grupo parlamentar ou Deputado que entenda que falta alguém e queira sugerir esse nome, que será obviamente contemplado.

Temos, no entanto, uma dificuldade, porque do levantamento que está feito dos nomes propostos há pessoas que os nossos serviços não conseguem localizar, apesar de aturados esforços.

Portanto, faço um apelo à capacidade investigatória dos grupos parlamentares no sentido de saberem onde estão as pessoas que propõem.

Vou dar quatro exemplos: o Conselheiro Eng.º José Manuel Proença Boavida, o Conselheiro Eng.º Arménio José Nobre de Oliveira Faria, o Dr. José Barros e a Dr.<sup>a</sup> Margareth Pitta Ferraz.

*Aparte inaudível na gravação*

Fazemos aqui um apelo de urgência através do Canal Parlamento, beneficiando da TDT. Por acaso, não estamos em canal aberto, mas na próxima reunião, perante a TDT, fazemos aqui um apelo de urgência.

*Risos.*

Srs. Deputados, temos também uma proposta do PS para que seja ouvido, ainda no âmbito do pacote que temos em mãos, o atual Secretário de Estado Sérgio Monteiro, que é para ser submetida à apreciação da Comissão.

Não sei se os Srs. Deputados do Partido Socialista querem intervir ou se podemos passar à votação da proposta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, não há necessidade nenhuma de intervir. Nós já tínhamos deliberado sobre essa matéria e estávamos apenas a aguardar o questionário, tendo havido até um consenso.

Aliás, nós até solicitámos por escrito, a pedido do Sr. Presidente, porque nos transmitiu que, ao contrário da expectativa que decorria de reuniões anteriores, poderia não ser consensual a mera comunicação — que até foi assumida, tendo existido uma data pré-agendada para a audição do Dr. Sérgio Monteiro.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, se há uma proposta de audição do Dr. Sérgio Monteiro...

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Temos de concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Acho que era importante precisar este ponto e votaremos já em seguida.

O Sr. **Presidente**: — Se acha importante, Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, o que ficou decidido foi que a deliberação sobre a vinda ou não destas pessoas — porque não se enviou o inquérito só para esta pessoa, mas também para outras — surgia na sequência da leitura das respostas. É que, em função das respostas aos inquéritos, há pessoas que não têm sido chamadas, porque a Comissão entende que não vale a pena serem aqui ouvidas.

Por isso, acho que vale a pena ter isto em consideração.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos, então, votar a proposta de audição do Dr. Sérgio Monteiro no âmbito da concessão Oeste...

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, se é para passarmos já à votação, reflito já a posição do PSD.

No conselho de administração da Elos — Ligações de Alta Velocidade, que era e é atualmente composto por nove administradores, o processo de decisão não depende, em caso algum, de apenas um só

administrador, e o Grupo Caixa Geral de Depósitos, que na altura o nomeou, é acionista com 5,43% do capital.

Nesse sentido, na nossa opinião, não faz qualquer sentido que um acionista minoritário, que esta pessoa representava, seja ouvido sobre este problema. É tão simples quanto isso.

O Sr. **Presidente**: — De qualquer forma, deixem-me retificar uma informação que dei. A proposta não é para ser ouvido no âmbito da concessão Oeste mas, sim, da Alta Velocidade. Já estou a confundir as PPP.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sr. Presidente, se me permite, ainda que em prejuízo da nossa presença nos trabalhos em Plenário, gostaria de dizer que acho que esta Comissão de Inquérito, que nasceu da vontade de alguns partidos, designadamente do PSD, no sentido de verem apurada a factualidade que sustentou o desenvolvimento de todas as parcerias público-privadas, está absolutamente inquinada, porque, de facto, o PSD, como demonstrou agora mesmo, no decurso desta reunião — e esta é a cereja que encima o bolo — não está interessado em saber o que quer que seja que se tenha passado com as parcerias público-privadas.

O PSD está interessado em condenar um determinado modelo e determinados autores que colaboraram na elaboração desse modelo e em furtar outros à investigação, designadamente o atual Secretário de Estado Sérgio Monteiro — o que acho absolutamente lamentável!

Eu já vi de tudo e disto achei que já não ia ver, mas pelos vistos também estou a ver! Ou seja, alguém que tem uma influência determinante do lado dos privados na elaboração de determinados contratos de parcerias público-privadas, que é o interlocutor principal, que é o rosto financeiro

desses consórcios e cuja presença é aqui chamada... E nós já chamámos pessoas que chegaram aqui e disseram que não tinham rigorosamente nada a ver com a matéria. Mas alguém que tem, por exemplo, segundo o que os senhores dizem, só 5% não pode cá vir!?! Não!

Sabem por que é que ele não pode cá vir? Não pode cá vir, porque os senhores têm medo que ele cá venha! Não pode cá vir, porque os senhores querem furtar-se ao esclarecimento dos factos! Não pode cá vir, porque os senhores têm medo que ele se associe a este processo que vocês julgaram desde início, antes de isto começar! O drama é esse!

Se a vossa preocupação fosse o esclarecimento da verdade, se a vossa preocupação fosse a transparência, os senhores não só permitiam, como tinham suscitado a vinda do atual Secretário de Estado!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos, então, votar a proposta do PS de audição do Dr. Sérgio Monteiro.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS e do PCP.*

O Sr. Deputado Emídio Guerreiro está a pedir a palavra, mas vamos ter de terminar. Se houver mais questões, vamos ter de prosseguir às 17 horas e 30 minutos.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, queria apenas frisar que o Dr. Sérgio Monteiro não vem a esta Comissão para efeitos do TGV. Gostaria que isto ficasse claro e que não ficasse a ideia de que o Dr. Sérgio Monteiro não virá a esta Comissão para todas as concessões.



Teremos, com certeza, o prazer de ter mais do que uma vez o Dr. Sérgio Monteiro nesta Comissão a prestar os esclarecimentos que entendermos, mas não por uma questão de representar 5% do capital de uma parceria que está a ser analisada.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, terminamos assim os nossos trabalhos. Lembro que a próxima reunião é às 17 horas e 30 minutos, para ouvir o Dr. Vasco José de Mello no âmbito da concessão Brisa.

Está encerrada a reunião.

*Eram 15 horas e 5 minutos.*

---

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.